





# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO**

## **ACTA Nº. 25/09**

### **DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZASSEIS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E NOVE**

*Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:-----*

**PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES**

**VEREADORES: JOAQUIM ANTÓNIO LOPES DA SILVA BATALHA  
LUCÍLIA MARIA SAMORENO FERRA  
MARIA CLARA DE OLIVEIRA DA SILVA  
NUNO ALEXANDRE CAMACHO CABRAL FERRÃO  
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA  
RENATO JOSÉ DINIS GONÇALVES**

*Às dezassete horas e trinta minutos, com a presença da Assistente Técnica da Divisão de Gestão Administrativa do Departamento Administrativo e Financeiro, Joaquina Maria Azevedo Barbosa, a Senhora Presidente da Câmara assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respectivos membros presentes.-----*

*Em seguida procedeu-se à apreciação dos assuntos referentes ao período de*

### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

*O Senhor Vereador Nuno Ferrão questionou a Presidente sobre o Protocolo com a REFER sobre a Ecopista a construir no ramal de caminho de ferro Montijo – Pinhal Novo. Indagou ainda sobre a avaliação dos pais às Actividades de Enriquecimento Escolar, nomeadamente sobre se a mesma já está concluída. Finalmente perguntou sobre o seu pedido de informação à Presidente efectuado no início de Novembro de 2009, sobre o qual ainda não recebeu qualquer resposta.-----*

*A Senhora Presidente disse que relativamente à primeira questão sobre o Protocolo com a Câmara Municipal de Palmela e com a REFER, o mesmo diz respeito a uma Ecopista que irá ter início na estação do Montijo e fim na estação do Pinhal Novo. Disse também que é um projecto que tem vindo a ser desenvolvido com técnicos das duas Câmaras Municipais. Tem existido alguma dificuldade uma vez que depois da cessação do comboio, muitos particulares decidiram por sua conta e risco proceder ao atravessamento das*

linhas de uma forma ilegal, uma vez que não está autorizado pela REFER. Há cerca de 3 ou 4 meses tiveram uma reunião com a REFER e obtiveram informação de que se torna necessário notificar os proprietários para se absterem de passar nos locais. Disse ainda que irá ser um processo muito complicado, porque envolve interesses individuais de cada passagem nas populações, contra o interesse geral.-----

**O Senhor Vereador Nuno Canta** disse que existe uma outra situação neste processo que é a existência de alguns atravessamentos legais que também condicionam o desenvolvimento da Ecopista. Estas Ecopistas são infraestruturas que o Estado Português e a REFER e em conjunto com os municípios do país têm-se candidatado a uma classificação internacional, e esta classificação impede que exista atravessamentos frequentes a essa Ecopista. Foi neste sentido que os funcionários da Câmara e da REFER, nomeadamente a fiscalização da REFER, fizeram um levantamento exaustivo remetendo para a Câmara Municipal as situações legais e ilegais que se devem ou não devem manter, no sentido da Câmara se pronunciar sobre quais as situações a serem retiradas, uma vez que existem atravessamentos que são o único acesso às propriedades. O Protocolo que existe é entre a Câmara Municipal de Montijo e a REFER e entre a Câmara Municipal de Palmela e a REFER. O que existe é um acordo entre os municípios de Montijo e Palmela para fazerem um projecto intermunicipal.-----

**A Vereadora Clara Silva** disse que relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular o Ministério da Educação realiza monitorizações contínuas em cada Agrupamento, fazendo uma avaliação das empresas ou associações que desenvolvem as actividades. Disse ainda que este ano lectivo a Câmara fez a adjudicação de todos os Agrupamentos à Escola Profissional do Montijo, porque de acordo com a avaliação foi a entidade que melhor serviço prestou nas Actividades de Enriquecimento Curricular. Relativamente ao inquérito efectuado aos pais, o mesmo já se encontra concluído.-----

**A Vereadora Lucília Ferra** solicitou esclarecimentos e informação relativamente às candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal de Montijo ao QREN, em sede de Reabilitação Urbana.-----

**A Senhora Presidente** disse que foram efectuadas duas candidaturas. A primeira foi objecto de Protocolo com um conjunto de entidades do Montijo, apresentada em Março do ano passado mas foi chumbada. A segunda foi apresentada com as mesmas parcerias, mas com outras áreas e com outros objectivos, que passou para a 2ª fase.-----

**O Senhor Vereador Nuno Canta** disse que a primeira candidatura incidia sobre o reforço para o Centro do Montijo, ou seja, consistia numa série de reabilitações de espaços públicos e na zona da frente ribeirinha. Disse ainda



*que a mesma foi rejeitada porque não tinha na sua componente nenhuma característica de monumento nacional.-----*

*A **Senhora Presidente** informou que esteve em representação, nos seguintes locais: **Dias 4 e 5 de Dezembro** – Participação no Congresso da ANMP que elegeu os seus diversos órgãos (Conselho Directivo; Conselho Geral; Mesa do Congresso e Conselho Fiscal). **Dia 8 de Dezembro** – Presença no concerto de aniversário da Sociedade Filarmónica 1º de Dezembro. **Dia 9 de Dezembro** – Participação na inauguração da Biblioteca Escolar da EB1 / JI de Sarilhos Grandes. **Dia 10 de Dezembro** – Participação no workshop sobre “A Violência Contra as Mulheres: Uma Perspectiva Multidimensional”. **Dia 13 de Dezembro** – Participação na Festa de Natal para Idosos no CTJA, com a representação da peça “Vale” – Produção Artemrede – seguida de convívio.-----*

*Seguidamente a **Senhora Presidente** leu uma **declaração política**, cujo teor se transcreve: “**O combate ao desemprego** – A taxa de desemprego estimada pelo INE para o 3º trimestre de 2009 foi de 9,8%. Este valor é superior ao observado no período homólogo de 2008 em 2,1 pontos percentuais (p.p.) e ao observado no trimestre anterior em 0,7 p.p.. A população desempregada foi estimada em 547,7 mil indivíduos, verificando-se um acréscimo de 26,3%, face ao trimestre homólogo, e de 7,9% em relação ao trimestre anterior. O número de empregados diminuiu 3,4%, quando comparado com o mesmo trimestre de 2008, e 1,2%, relativamente ao trimestre anterior. A queda das exportações foi, em grande parte, o que precipitou a crise em países como Portugal, mas também na Alemanha e noutros países europeus, a braços com o aumento do desemprego. Ao contrário de muitos outros países, nem Portugal, nem a Alemanha sofreram com as bolhas especulativas no imobiliário. A crise, em ambos os países, entrou pela porta da procura externa em queda. Na Alemanha, isso traduziu-se numa das maiores quedas do PIB na UE. Uma queda de rendimento muito superior à que se verificou em Portugal. A excessiva dependência de muitos países das actividades ligadas à construção civil, um sector que ainda para mais vivia alimentado por crédito pouco regulado, de mão de obra intensiva, traduz-se nas brutais taxas de desemprego que hoje se observam em Espanha e noutros países com taxas de desemprego a rondar os 18 e 19%. Os governos em Portugal tiveram o mérito de não promover o crescimento à custa da construção civil habitacional. Um erro estrutural cometido noutros países, que nos chegou a ser vendido como modelos a seguir. Neste momento, acredito que a tendência é para a baixa das taxas de desemprego, que já começou a decrescer nos EUA e na Alemanha. A taxa de desemprego na Europa subiu o esperado, uma décima. Deste dado negativo podemos retirar que o valor do mês passado foi revisto em baixa, para 9.8%. No caso de Montijo, os dados da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP indica-nos que a taxa de desemprego foi em 30 de Novembro de 2009 menos 0,52% do que o registado*

*no mês anterior. É um ténue sinal, mas um sinal de esperança. A aposta no investimento público é indispensável no actual momento de crise como o é, em termos estruturais, o investimento nas novas tecnologias e na fileira energética. Há um grande potencial de criação de emprego neste sector. A diferença é que é um emprego muito mais qualificado e seguro: Não está sujeito à concorrência directa do extremo oriente, nem está dependente do risco das deslocalizações. O facto de ser um trabalho qualificado torna mais difícil levar as empresas para os tradicionais destinos de mão-de-obra barata. A aposta pioneira deste governo nas energias renováveis significa um passo importante para a segurança do emprego. Por outro lado, há que enaltecer o apoio concedido pelo Governo as PME s, nomeadamente ao abrigo do programa PMEInveste, ao sector automóvel, através de programas de formação, enquanto as empresas suspendiam parte da actividade, que agora começam a retomar. Na verdade, o executivo socialista tem vindo a fazer o que é possível um governo fazer perante a maior crise económica e financeira desde a depressão dos anos 30. Keynes demonstrou que o nível de actividade e emprego, em qualquer economia de mercado, depende da procura efectiva por bens e serviços de consumo pelas famílias e por bens e serviços de investimento pelas empresas. Quanto mais as famílias consumirem e as empresas investirem, maior será o crescimento da produção e do emprego. Se por algum motivo, os gastos de consumo e de investimento caírem, a produção e o emprego acompanhá-los-ão na queda. É por termos plena noção desta realidade, que o orçamento da Câmara de Montijo para 2010 aposta no investimento na educação e noutras infra-estruturas e equipamentos, que criarão, só por si, algumas dezenas de postos de trabalho em 2010. Esta política no investimento e no emprego da Câmara Municipal de Montijo poderá ter um efeito de contágio no tecido empresarial e produtivo do concelho. Na verdade, os empresários não devem temer o investimento, porque investir agora, em tempo de crise, é criar as condições para reproduzir o capital em momentos de desanuviamiento da economia. Acredito, que em 2010 e 2011 o cenário será de maior esperança, com a redução do desemprego, o aumento da actividade económica e das receitas e, por consequência, de maior qualidade na vida para os munícipes de Montijo.”-----*

*Foi presente para aprovação a **Acta número 24/2009**, tendo sido **aprovada por unanimidade**, com a seguinte rectificação: Na página 217, no último parágrafo, na intervenção do Senhor Vereador Nuno Ferrão, **onde se lê**: “em relação à questão da reunião com a BDO, as ausências dos senhores vereadores do PSD deveram-se ao facto de não terem sido convocados para reunião nenhuma, e que uma pessoa só falta a uma reunião quando não é convocada.” **Deverá ler-se**: “em relação à questão da reunião com a BDO, as ausências dos senhores vereadores do PSD deveram-se ao facto de não terem sido convocados para reunião nenhuma, e que uma pessoa só falta a uma reunião quando sabe que é convocada.”-----*



*A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas relativamente ao pelouro de que é titular no período compreendido **entre 30 de Novembro de 2009 e 11 de Dezembro de 2009**: - Licenças Administrativas: 2; - Autorizações Administrativas: 2; - Alterações: 2; Projecto de Arquitectura – Proposta 4037/01: 1; - Certidões: 1; - Informações Prévias: 5; - Comunicações Prévias: 2; - Licenças de Utilização: 7; - Propriedade Horizontal: 2; ----*  
*O Senhor Vereador Nuno Canta apresentou os Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 65º, nº. 3 e 69º, nº. 3 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião.-----*  
*O Senhor Vereador Renato Gonçalves apresentou os Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 65º, nº. 3 e 69º, nº. 3 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião.-----*

*Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de*

## **ORDEM DO DIA**

### **I – ORGÃOS AUTÁRQUICOS**

***1 – PROPOSTA Nº. 64/09 – CALENDARIZAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS PÚBLICAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2010 - Dispõe o artº. 62º, nº 1 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal terá uma reunião ordinária semanal, salvo se reconhecer conveniência em que se efectue quinzenalmente. Nestes termos, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere: 1. Fixar as reuniões públicas com uma periodicidade quinzenal, sendo realizadas às Quartas-Feiras, pelas 17H30, para efeitos do nº 2 do artº. 62º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e nos termos da calendarização anexa. 2. Fixar a intervenção do público nas respectivas reuniões para as 19H00, interrompendo-se para o efeito os assuntos que se encontrem em discussão, em conformidade com o disposto no nº. 5 do artº. 84º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. 3. As reuniões extraordinárias serão igualmente públicas e convocar-se-ão sempre que se justifique a sua realização, obedecendo-se ao previsto no artº. 63º da mesma Lei. 4. Quando algum feriado coincidir com a***

Quarta-Feira, a reunião camarária realizar-se-á no primeiro dia útil imediatamente seguinte. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).-----

**Deliberação:** Aprovada com seis votos a favor, quatro do Partido Socialista um da Coligação Democrática Unitária e um da Senhora Vereadora Lucília Ferra do Partido Social Democrata e uma abstenção do Senhor Vereador Nuno Ferrão do Partido Social Democrata.-----

## **II - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

**I – PROPOSTA Nº. 65/09 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – PLANO PLURI-ANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2010-2013, O PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E ORÇAMENTO PARA 2010** - Considerando o disposto no artigo 64º nº 2, alínea c) da Lei 169/99 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **propõe-se:** 1. Que este Executivo Municipal delibere aprovar as Grandes Opções do Plano e respectivamente o Plano Plurianual de Investimentos de 2010-2013, o Plano de Actividades Municipais e a proposta de Orçamento para 2010, documentos que se encontram em anexo, aqui se dando por integralmente reproduzidos. 2. Que os documentos em causa sejam submetidos à aprovação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, de acordo com o disposto no artigo 49º nº 2 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).-----

A **Senhora Presidente** leu uma **declaração**, cujo teor se transcreve: “O orçamento que agora se apresenta para o ano económico de 2010 reflecte as prioridades duma gestão responsável e transparente num quadro de dificuldades que tem vindo a condicionar, por um lado, a arrecadação das receitas municipais e, por outro lado, a necessidade crescente de apoios sociais, ao investimento e ao emprego. O valor do orçamento da receita e da despesa é de 40.930.351 € (quarenta milhões novecentos e trinta mil trezentos e cinquenta e um euros). **Da Receita:** No lado da receita corrente temos 28.242.453 €, 12.682.298 € de capital e 5.600 € de outras receitas. Das transferências do orçamento de Estado foram estimados os valores recebidos em 2009. No entanto, admite-se a possibilidade de aumento no orçamento de Estado de 2010 a apresentar pelo Governo em Janeiro. Relevam também as receitas provenientes de participação Comunitária em projectos co-financiados com candidaturas aprovadas – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, do Plano para a Igualdade e do Plano de Estágios Qualificação / Emprego e Contrato Emprego Inserção Mais. A requalificação dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo e da rede de ensino pré-escolar com o valor financiado de 342.300 €, bem como a escola básica pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclo já em construção no Esteval / Areias, na ordem dos 4.516.719 €. A possibilidade de venda de bens de investimento assume particular relevância, nas actuais circunstâncias. O recurso ao crédito bancário já contratado no montante de 2.187.145 € para investimento em infra-estruturas viárias, requalificação urbana e equipamentos – Edifício Multiusos de Pegões, Mercado Municipal, Parque Urbano das Piscinas, entre



outros. Prevê-se ainda a contratação de um empréstimo no montante de 1.500.000 € para investimento no parque escolar e na requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade. Por último, o limite ao endividamento de médio e longo prazo da Câmara Municipal do Montijo é de 15.844.375 € e o montante disponível a utilizar em novos empréstimos é de 7.946.815 €. **Da Despesa:** Do lado da despesa para o ano de 2010, a previsão de despesa corrente ascende a 26.430.603 € e em 14.499.748 € de despesas de capital. Desde logo, a previsão de despesa corrente diminui em cerca de 2 milhões de euros se comparada com a previsão de 2009. As transferências para as juntas de freguesia, no quadro da delegação de competências, ainda a acordar, tem uma previsão de 587 mil euros, o que, em comparação com o orçamento de 2009, significa um decréscimo de 160 mil euros, que encontra a sua justificação no quadro de contenção geral em que nos movemos. Ao nível do plano de actividades municipais, mantemos as parcerias com as universidades, com associações e escolas na área social, da saúde e da cultura, a programação do Cinema-Teatro Joaquim de Almeida, as Festas Populares de São Pedro e das freguesias, o apoio à modernização e promoção do comércio tradicional com um valor de 40 mil euros, o apoio ao associativismo desportivo na aquisição de transportes, a participação na S. Energia, na área da eficiência energética e as comemorações do Centenário da República. O orçamento para o ano de 2010 e o plano de actividades e de investimentos que financia foi elaborado com responsabilidade, transparência e rigor. Em primeiro lugar, com a responsabilidade de quem tem como objectivo de gestão cumprir os compromissos assumidos de pretérito e para o futuro. Em segundo lugar, assegurar uma gestão corrente que mantenha os níveis de qualidade de vida, contribua para mais e melhor emprego, apoios sociais emergentes, integração social e profissional, apoio às famílias, às crianças, aos idosos e aos jovens. Em terceiro lugar, dar continuidade a uma estratégia de desenvolvimento que tem, na educação e na formação, um eixo decisivo para a qualificação, a competitividade e o progresso do nosso Concelho. Perante as perspectivas que se apresentam é preciso eger prioridades, combater o desperdício, rentabilizar os recursos disponíveis, rejeitar o supérfluo, promover a eficiência e a qualidade, gerir com rigor, transparência, assumindo neste contexto um compromisso entre a moderação e o investimento no futuro.”-----

**O Vereador Renato Gonçalves fez uma Intervenção Política, sobre os Documentos Previsionais de Contas da Câmara Municipal de Montijo para 2010, Planos e Orçamento, cujo teor se transcreve: “I – O Contexto e o Enquadramento – Em 6 de Agosto de 2007, a American Home Mortgage, uma das maiores Instituições de Crédito dos Estados Unidos da América declara falência. Em 9 de Agosto de 2007 os mercados de crédito a curto prazo estagnam depois do Banco francês BNP Paribas ter suspenso três dos seus fundos de investimento no montante total de 2 000 000 000 de euros,**



*invocando para o efeito problemas ao nível dos créditos hipotecários de alto risco dos Estados Unidos da América. Em 16 de Agosto de 2007 a maior instituição norte-americana financiadora de hipotecas – o CountryWide Financial – retira toda a sua linha de crédito no valor de 11,5 mil milhões de dólares. No mesmo dia a Instituição congénere australiana Rams admite igualmente a subsistência de problemas de liquidez. Em 13 de Setembro de 2007 o Northern Rock, o maior banco inglês de créditos hipotecários, anuncia a sua falência, situação que ocorre em Inglaterra pela primeira vez em cem anos. Em 6 de Setembro de 2008 são nacionalizadas as entidades hipotecárias norte-americanas Fannie Mae e Freddie Mac em razão dos problemas decorrentes da crise subprime. As entidades em questão titulam e possuem cerca de metade da dívida hipotecária nacional norte-americana. Ainda no mês de Setembro de 2008, no dia 14, verifica-se a maior falência bancária da História: o Lehman Brothers, um dos quatro grandes bancos de investimento norte-americanos, fundado ainda no século XIX e que resistiu a 2 Grandes Guerras Mundiais e à Grande Depressão de 1929-1933, declara falência. Um outro grande banco de investimentos norte-americano, o Merrill Lynch, é absorvido pelo Bank of América atendendo aos seus problemas de liquidez e solvabilidade. As bolsas internacionais afundam-se. A 17 de Setembro de 2008, a Reserva Federal norte-americana decreta a nacionalização da AIG, a maior seguradora do mundo, em risco de falência. Em 18 de Setembro o governo norte-americano aprova um plano financeiro no valor de 0,7 mil milhões de dólares de apoio ao sector bancário para que as instituições bancárias possam permutar os seus activos tóxicos e contaminados por dinheiro público. A 26 de Setembro de 2008 a principal entidade de aforro e poupanças norte-americana, a Washington Mutual, é adquirida pela J.P.Morgan. A 27 de Setembro a República da Irlanda, o denominado Tigre Celta, o paradigma do crescimento e desenvolvimento económico da União Europeia, Estado exemplar no cumprimento da Estratégia de Lisboa no concernente à aposta no conhecimento, na inovação e no uso das novas tecnologias da comunicação e informação, entra em recessão técnica, sendo o primeiro país da União Económica e Monetária a ingressar na dita recessão. A 17 de Outubro de 2008 o Estado Suíço intervém no banco UBS através da participação no seu capital atendendo à sua situação em termos de liquidez e solvabilidade. A 21 de Outubro de 2008 a Reserva Federal norte-americana presta garantia na modalidade de aval no valor de 412 000 milhões de dólares a uma operação de compra de activos constituídos por letras de câmbio e papel comercial, a qual envolve cerca de 50 fundos de investimento do mercado financeiro, fundos esses que irão proceder à aquisição dos títulos a empresas carecidas de capital para fazer face às suas despesas correntes. No mesmo dia o Estado argentino nacionaliza os fundos privados de pensões e a França declara que afectará 5000 milhões de euros ao financiamento de autarquias locais com dificuldades em assegurar o financiamento da respectiva dívida pública. A 27 de Outubro de 2008 o Es-*



*tado norte-americano assume a intenção de nacionalização parcial das nove maiores entidades financeiras do país e bem assim de dez entidades regionais. No mesmo dia o Koweit intervém no segundo maior banco do país, o Gulf Bank. O Dubai está na iminência da derrocada financeira atenta a forte retracção da procura imobiliária. A 31 de Outubro de 2008 o Barclays Bank assume problemas de liquidez e sustentabilidade e vende 31 % do seu capital a 2 fundos soberanos do Qatar e Abu Dhabi. A 2 de Novembro de 2008 o Conselho de Ministros do Governo de Portugal anuncia a elaboração de proposta à Assembleia da República com vista à nacionalização do Banco Português de Negócios, a primeira da nossa História Democrática pós 25 de Abril sem fundamento ideológico ou político. Eis o retrato de uma crise financeira que emerge em 2007 e que se desenvolve em 2008 e 2009, uma crise não prevista nem anunciada pelos prémios Nobel da Economia, pelas agências de notação financeira e rating e pelas instituições económicas e financeiras internacionais, mas relativamente à qual estavam há muito preenchidos e reunidos os pressupostos e requisitos da sua eclosão e evolução: hiperconsumo; superendividamento; excessivo recurso ao sector terciário como motor do emprego; hiperespeculação financeira; crise das hipotecas de alto risco, vulgo subprime; descontrolo da economia financeira; dívida privada em montantes insustentáveis; endividamento insuportável das famílias; bolhas imobiliárias; crédito concedido sem as mínimas condições e precauções de segurança; títulos de crédito de baixa qualidade mas altamente qualificados pelas agências de valorização; desregulação dos serviços financeiros; opacidade e desregulamentação do sistema financeiro; activos tóxicos, contaminados e de alto risco. Crise actual, que começou por ser financeira mas que é hoje também económica e social, a qual traduz e representa afinal a falência do modelo económico subjacente ao capitalismo neoliberal. Recuemos, pois, nesta matéria, aos anos 80 do século passado e à governação de Reagan nos Estados Unidos da América e da Sr.<sup>a</sup> Thatcher no Reino Unido. São os anos da ascensão e do triunfo do neoliberalismo enquanto doutrina e política económica, o qual deu origem a uma revolução conservadora. Afirmação da ideologia neoliberal que ficou a dever-se a um conjunto de factores conjunturais que, ao tempo, permitiu a sua difusão e vitória: a progressiva liberalização dos movimentos de capitais após o colapso de Bretton Woods, aumentando o poder dos mercados financeiros; a hiperinflacção como principal problema económico dos anos 70; a sacralização do combate à inflacção; a consideração de que a inflacção é originada pelos défices orçamentais excessivos, pelo poder excessivo das associações sindicais na contratação colectiva e pelo laxismo monetário atribuído às políticas Keynesianas; a convergência crescente dos capitais; a estagnação económica; a evolução tecnológica associada à revolução Informática e à Internet; o colapso dos regimes políticos e económicos de democracia popular e inspiração marxista – leninista. É o primado do*

*capitalismo financeiro desregulado sobre a economia real. É o afastamento do Estado da vida económica e social, para impedir distorções à racionalidade infalível dos mercados. É a libertação da mão invisível e a plena afirmação da liberdade para escolher em nome da alocação perfeita de recursos e da maior eficiência económica. Os resultados são conhecidos: desemprego; pobreza; desmantelamento de serviços públicos; redução de direitos e apoios sociais; devastação da economia industrial; prevalência absoluta dos interesses do sector financeiro e bem assim do sector de serviços que lhe está associado bem como dos seus juros e rendas sobre a economia real. Enfim, é a economia de casino baseada no jogo no mercado de capitais e o seu primado sobre a economia que gera riqueza, distribuição de rendimentos e emprego. Sábias, fundadas e premonitórias as palavras do Papa João Paulo II quando nas décadas de 80 e 90 alertou-nos para os perigos e efeitos negativos da teologização do mercado e do capitalismo selvagem, especulativo e desregulado, na esteira aliás do Papa Paulo VI que, na sua Carta Apostólica por ocasião do Octogésimo Aniversário da Encíclica Rerum Novarum, logrou criticar a ideologia liberal, tendo aí considerado que “(...) o Liberalismo filosófico é uma afirmação errónea da autonomia do individuo, na sua actividade, nas suas motivações e no exercício da sua liberdade”. É pois neste contexto de crise financeira, económica e social e com este enquadramento de crise económica, financeira e social que são elaborados e discutidos os documentos previsionais de contas para 2010. Planos e Orçamento cuja estimativa da receita a arrecadar e da despesa a realizar é óbvia, natural e logicamente influenciada pelas execuções orçamentais de 2008 e 2009, por força ademais do que dispõem as normas legais conformadoras do processo orçamental municipal plasmado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. Em Janeiro de 2009 o valor da dívida pública emitida ou em vias de emissão por parte dos Estados de todo o Mundo em ordem a financiar os planos de auxílio ao sector bancário e segurador e os objectivos de relançamento económico atinge um montante histórico recorde, sendo que pela primeira vez, desde a reunificação, a República Federal da Alemanha, tendo efectuado uma emissão de títulos de crédito, não tem condições para proceder à respectiva disponibilização na sua totalidade. Em Fevereiro são evidentes os graves problemas económicos, sociais, orçamentais e financeiros em economias europeias, seja na zona Euro da União Europeia, nesta ou fora desta: Espanha, Itália, Grécia, República da Irlanda, Islândia, Letónia, Estónia, Lituânia, Bielorrússia e Ucrânia. Portugal naturalmente não está imune nem foge à regra. O PIB Português cresceu, entre 2000 e 2008, a uma taxa anual média de 0,8 %; no mesmo período temporal a despesa pública corrente primária (sem juros) aumentou em 3,1 % do PIB; as despesas sociais subiram 3,4% do PIB; a dívida pública expandiu-se em montante situado em 11% do PIB e as despesas de capital decaíram cerca de 2,3% do PIB. O endividamento externo líquido aumentou de 44000 milhões de euros em 2000, cerca de 38%*



do PIB, para 162.000 milhões de euros em 2008. Cumprindo ademais sublinhar as previsões macroeconómicas de Outono para Portugal elaboradas pelas Instituições Económicas e Financeiras referentes a 2009: a Comissão Europeia aponta para uma recessão de -2,9 % e para um défice orçamental que situará em 8% do PIB; a OCDE estima uma recessão de -2,8; o FMI prevê uma recessão de -3%. O Governo de Portugal já admitiu a possibilidade do défice orçamental se fixar este ano em valor compreendido entre 8,4% e 8,5% do PIB. De acordo com os últimos dados apurados pela Direcção – Geral do Orçamento relativo à execução orçamental do Sector Público Administrativo a quebra na arrecadação das receitas fiscais em 2009 face aos resultados de 2008 situa-se em -13,2 %, o que corresponde a menos 4,5 mil milhões de euros de receita fiscal cobrada e arrecadada em 2009 em relação ao ano anterior. Salienta-se igualmente que, e pela primeira vez desde 2002, não obstante as dificuldades económicas que o país atravessou em 2003, 2004 e 2005, os gastos do Estado com pensões e prestações sociais são superiores à receita fiscal cobrada e arrecadada em, o que se sublinha, 4,35 mil milhões de euros, em face dos últimos números apurados e disponibilizados pela Direcção-Geral do Orçamento, o que fica naturalmente a dever-se a um forte aumento da taxa de desemprego, a qual ultrapassou, pela negativa, todas as previsões efectuadas pelas organizações internacionais económicas e financeiras quer no ano de 2008 quer no Inverno e Primavera do ano em curso, mormente a OCDE e o FMI bem como as realizadas pela Comissão Europeia nos mesmos termos, fixando-se actualmente em 10,2%, de acordo com os últimos números apontados pelo INE, bem como a quebra acentuada de arrecadação das receitas fiscais, induzida e propiciada pelo abrandamento significativo e relevante da economia portuguesa, especialmente nos dois primeiros trimestres de 2009. Sendo certo que as prestações sociais ora referidas abrangem subsídios de desemprego e social de desemprego, subsídios de doença, medidas de apoio ao emprego, apoio à parentalidade, rendimento social de inserção, complemento solidário de idosos, medicamentos e cirurgias. Mas não tenhamos ilusões nem laboremos em equívocos: Estados europeus que até há bem pouco tempo eram considerados modelos de crescimento e desenvolvimento económico, exemplos que Portugal deveria adoptar, estão hoje piores que nós. A nossa vizinha Espanha, o maior parceiro comercial de Portugal, regista, segundo as previsões de Outubro do FMI, uma recessão económica de -3,8% e uma taxa de desemprego de 18,2 % em 2009. II – As previsões, os compromissos e as prioridades Atento o impacto negativo da crise financeira, económica e social internacional, as finanças públicas e a tesouraria municipais ressentiram-se e foram afectadas negativamente e desfavoravelmente, considerando que aquela propiciou e deu azo a uma significativa e relevante diminuição na arrecadação efectiva das receitas públicas municipais, com especial e particular incidência ao nível das

*denominadas receitas próprias associadas à tributação fiscal e parafiscal do sector imobiliário e da construção civil e à actividade económica aí gerada e ao mesmo respeitante, atento o actual quadro legal de financiamento autárquico. Salientamos que a taxa de execução orçamental da receita pública municipal registada a 31 de Outubro de 2009 é de 60%, assinalando-se, na mesma data, que a taxa de execução orçamental do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Bens se situa em 50,5 % e bem assim que a taxa de execução orçamental dos Impostos Indirectos Específicos das Autarquias Locais patenteia o valor de 36,2 %, o que bem exemplifica e comprova o actual enquadramento negativo e desfavorável em sede de arrecadação efectiva de receita pública municipal. Relembre-se que nos últimos meses, e de acordo com os dados veiculados pelo INE, todos os indicadores de actividade económica, clima económico, confiança e expectativa melhoraram no nosso país, excepto os que dizem respeito ao sector imobiliário, obras particulares e obras públicas que continuam situados em terreno negativo – ora estagnam, ora pioram. Os documentos previsionais de contas que ora analisamos e discutimos são pois, neste quadro, os documentos possíveis. Com rigor, prudência, realismo, objectividade, contenção e moderação. Mas igualmente com ambição e com visão estratégica do futuro. Assumimos com os cidadãos eleitores do concelho, no quadro das recentes eleições autárquicas, um contrato social de participação e responsabilidade com vista à construção de um concelho moderno, competitivo e seguro, contrato esse que abrange as mais variadas áreas de decisão e actuação administrativa municipal: educação; solidariedade social; simplificação e modernização administrativa; promoção e desenvolvimento económico; ciência e tecnologia; cultura; desporto; ambiente, saúde; protecção civil, segurança; ordenamento territorial; urbanismo; movimento associativo cultural, desportivo, social e recreativo e respectivas parcerias e interacção; juventude. Mas fomos claros, sinceros e frontais para com os nossos concidadãos, observando os critérios da verdade e da honestidade política e intelectual como únicos parâmetros válidos de acção política e administrativa: no nosso programa eleitoral autárquico 2009-2013 ficou expressamente estabelecido que “na actual conjuntura de crise económica e financeira as finanças públicas vão-se ressentir desses constrangimentos, nomeadamente condicionando a arrecadação de receitas por parte da autarquia”. É assim que pensamos e actuamos e que sempre pensámos e actuámos no PS Montijo. Com responsabilidade política, ética republicana e cultura de serviço público. As nossas prioridades de actuação política são de todos conhecidas: a educação; a cultura; a acção e solidariedade social. Prioridades que vão ao encontro da História do PS, sempre empenhado desde 1973 na defesa, para Portugal, da construção e fortalecimento do modelo social europeu. PS que patrioticamente salvou por duas vezes na nossa Democracia Constitucional o país da falência e da bancarrota, após os desmandos e desvarios do PREC e do gonçalvismo e os*



*custos decorrentes das nacionalizações decretadas pelo Conselho da Revolução e após a euforia e o descontrolo da AD. PS para quem o interesse nacional está primeiro. PS para quem em tempo de crise das finanças públicas o objectivo essencial da decisão política é a salvaguarda do núcleo duro, fundamental e irredutível do modelo social europeu constituído pela garantia do serviço público de educação, do serviço público de solidariedade e segurança social e do serviço nacional de saúde. No Montijo e na sua Câmara Municipal, e disso nos dão conta os documentos previsionais de contas para 2010, a nossa aposta estratégica é a Educação. Com fundamento, na linha e na esteira do Economic Outlook de Outono da OCDE recentemente apresentado em Paris pelo seu economista chefe e que, relativamente a Portugal, considera essencial e decisiva para atingir um maior crescimento e desenvolvimento económico a aposta estratégica na Educação, com vista a impulsionar o potencial da economia no futuro e no longo prazo, o que certifica e valida a nossa política municipal prioritária em sede de investimento na educação e no ensino desde Janeiro de 1998. Nesta matéria queremos destacar os investimentos previstos em Plano para 2010: a aquisição de equipamentos para Jardins-de-infância; a remodelação do Edifício centenário devoluto existente no Alto-Estanqueiro, com arranjos exteriores e apetrechamento, tendo em vista a criação de Jardim-de-infância; a ampliação, remodelação e reconversão da Escola Básica 1 da Jardía, com arranjos exteriores, apetrechamento e instalação de pré-escolar; a ampliação, remodelação e reconversão da Escola Básica 1 n.º 4 de Montijo sita na Freguesia do Afonsoeiro, com arranjos exteriores, apetrechamento e instalação de pré-escolar; as obras de recuperação, requalificação e modernização do parque escolar existente ao nível do Ensino Básico e Pré-Escolar, da competência municipal; a aquisição de equipamento e mobiliário para as Escolas Básicas e Pré-Escolar da rede pública municipal e seus refeitórios; a remodelação e ampliação do refeitório da Escola Básica 1 n.º 2 de Montijo; a construção da Escola Básica Integrada do Esteval / Areias, com pré-escolar 1.º, 2.º e 3.º ciclos e Pavilhão Desportivo. Mas a nossa aposta no investimento público qualificante e qualificador, reprodutivo e multiplicador não se restringe à modernização do Parque Escolar concelhio e salientamos: no domínio das atribuições e competências autárquicas municipais primárias, básicas e essenciais a conservação e manutenção dos edifícios municipais e seus equipamentos; a construção do Edifício Multiusos de Pegões destinado à Sede da Junta da Freguesia, Biblioteca, Auditório e Espaço Internet; as aquisições de uma viatura todo-o-terreno, de 1 viatura de resíduos sólidos urbanos e de 1 tractor; na área da simplificação, celeridade e modernização administrativa a reengenharia dos processos de urbanismo e a gestão integrada do relacionamento com os cidadãos e empresas; no domínio do tratamento a qualificação do espaço público e dos equipamentos de desporto e lazer a construção do Polidesportivo no Afonsoeiro, com*

arranjos exteriores da zona envolvente, e a construção do Parque Urbano das Piscinas, dotado de Polidesportivo e espaço para minigolf; no domínio do ambiente e recursos naturais a conservação de linhas de água, a arborização do concelho e a aquisição de equipamentos urbanos para depósito e reciclagem de resíduos sólidos urbanos e outros equipamentos; na rede viária municipal a regularização dos caminhos rurais e pavimentações e asfaltamentos diversos; no domínio do abastecimento público a recuperação e remodelação do Mercado Municipal n.º 1 (3.ª fase); na área da recuperação do património municipal edificado a requalificação da Capela de S. Sebastião e a requalificação do edifício administrativo; na área da cultura a aquisição de equipamentos para o Cine-Teatro Joaquim de Almeida e de fundos bibliográficos para as Bibliotecas Municipais; no domínio da infra-estruturação desportiva a conclusão da execução do Campo de Futebol de 7 para treinos anexo ao Campo Municipal da Liberdade e a manutenção, conservação e reparações nos equipamentos desportivos existentes e aquisição de materiais de desporto. No que concerne às actividades municipais salientemos: na área da educação a dinamização de actividades de enriquecimento curricular e o combate à obesidade infantil bem como a implementação do plano tecnológico para a educação; na área da acção e solidariedade social o apoio às famílias carenciadas, a realização do Plano Municipal de Promoção para a Cidadania, o apoio às mulheres vítimas de violência de género, o apoio à protecção de menores, crianças e jovens em risco, o apoio à reintegração social e profissional de cidadãos reclusos e a promoção da igualdade de género e oportunidades; na área cultural o apoio à Orquestra Metropolitana de Lisboa e à Rede de Teatros de Lisboa e Vale do Tejo bem como a dinamização do Centro de Saberes e a realização das Festas Populares de São Pedro e das várias Festas das Freguesias do Concelho e bem assim as comemorações do Centenário da Implantação da República; no domínio do desporto a dinamização da Escola Municipal de Natação e o apoio a várias associações desportivas locais de interesse público e sem fins lucrativos no âmbito da aquisição de viaturas ligeiras de passageiros dotadas de 9 lugares bem como o apoio ao Ginásio Clube de Montijo, colectividade desportiva dotada do estatuto de utilidade pública administrativa em sede de requalificação do Campo de Futebol de 5 anexo ao Pavilhão Desportivo Municipal n.º 1; no que toca à animação turística os incentivos ao projecto de modernização do comércio local tradicional e a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico concelhio. III O Processo Orçamental de 2010 e o Futuro O orçamento de 2010 é pois um orçamento de verdade e de rigor, responsável e comprometido entre a contenção e a ambição. Porque “a verdade nunca fere uma causa que é justa”, como refere GANDHI. Do ponto de vista da receita estimada, a qual é calculada de acordo com os critérios e parâmetros legalmente previstos no POCAL, cumpre referir, no tocante à fundamentação da previsão efectuada atinente à arrecadação dos impostos indirectos específicos das Autarquias



*Locais, nomeadamente as taxas inerentes à realização de operações urbanísticas – operações de loteamento e obras de construção, e em aditamento ao exposto nas páginas 1 e 2 do documentos explicativo introdutório aos documentos previsionais de contas, que a previsão de receita elaborada nesta matéria, o que é natural, óbvia e logicamente extensível e susceptível de alargamento à estimativa das receitas de capital decorrentes da venda de bens de investimento, no caso terrenos, constante da página 5 do mencionado documento, vem, está em linha e surge na sequência, aí encontrando esteio e fundamento, nas mais recentes previsões positivas de Outono feitas pelas Instituições Económicas e Financeiras Internacionais relativamente ao crescimento da Economia Portuguesa em 2010 e à sua recuperação. A Comissão Europeia prevê um crescimento do PIB em 0,3 %. O FMI estima um crescimento de 0,4 % do PIB, segundo o World Economic Outlook de Outono. A OCDE, de acordo com o seu Economic Outlook de Outono, recentemente apresentado em Paris pelo seu Economista Chefe, prevê um crescimento económico de 0,8 %, uma recuperação das exportações em 1,7 %, um acréscimo das importações em 1%, uma aceleração do consumo privado em 0,6% e um incremento do investimento em 0,4 %. Dados positivos e favoráveis para a economia nacional em 2010. Portugal foi aliás um dos primeiros países europeus a sair da situação de recessão técnica. O orçamento da despesa acautela, assegura e garante os meios financeiros necessários, indispensáveis e imprescindíveis para que a Câmara Municipal possa fazer face com êxito, prosseguir e desenvolver cabalmente as suas funções e competências básicas, essenciais e primárias, algumas delas, senão a maior parte, de exercício obrigatório, cumprindo deste modo os seus compromissos fundamentais ante trabalhadores e colaboradores e a comunidade montijense. Funções e competências básicas, essenciais e primárias porque reportadas a bens socialmente indeclináveis e imprescindíveis à vida em sociedade. As retribuições e demais encargos associados às remunerações (Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, ADSE, Seguros de Acidentes de Trabalho, Apoio à Família e à Parentalidade), a recolha de lixo e detritos, a rede viária municipal, os espaços verdes e arborizados, passeios e calçadas, o funcionamento do ensino pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico, os transportes escolares, a acção social escolar, as refeições nos refeitórios escolares, as actividades de enriquecimento curricular, o apoio à família nos jardins de infância e o prolongamento de horário no 1.º ciclo, as transferências correntes para os Agrupamentos de Escolas, o funcionamento, manutenção, conservação e reparação de anomalias no que tange aos edifícios e equipamentos municipais, os cemitérios, o apoio às famílias carenciadas e o combate à fome e miséria, o apoio ao emprego através dos contratos de inserção emprego, inserção emprego mais e dos estágios de qualificação emprego, a circulação das viaturas municipais, a electricidade e os contratos de seguro. É um*



*orçamento conformado pelos princípios da estabilidade orçamental, da solidariedade recíproca entre níveis de administração pública e da coordenação das finanças locais com as finanças estaduais, expressamente consignados na Lei das Finanças Locais. É um orçamento que tem em conta a necessidade, imperativa e indeclinável, de redução do défice orçamental do Sector Público Administrativo para valor abaixo da percentagem de 3 % do PIB até 2013, tarefa esta de grande exigência para os actores e decisores públicos, políticos e administrativos, verdadeiramente ciclópica e patriótica, tendo em conta que o PIB médio anual português de é de 170.000 milhões de euros e só as despesas fixas de pessoal da Administração Central do Estado representam cerca de 8500 milhões de euros / ano, em conformidade com o que se acha previsto em sede de pacto de Estabilidade e Crescimento, considerando o que na matéria também dispõe a Lei das Finanças Locais. Certo e seguro é que a boa gestão pública municipal é aquela que, responsabilmente e em cada momento, sabe e consegue adequar a estrutura e conjuntura da despesa pública a realizar à estrutura e conjuntura da receita pública obtida, ou seja, aos meios financeiros disponíveis. Certo e seguro é que o lado certo da consolidação orçamental do Sector Público Administrativo é o da redução da despesa pública corrente, nomeadamente a primária, devendo a Administração Pública proceder à auto-limitação e à auto-contenção da despesa a efectuar. São princípios, critérios e parâmetros que conformam o processo orçamental e dos quais não abdicamos. A crise do capitalismo que estamos a viver não é uma crise meramente conjuntural como as crises de 1962, 1973, 1987, 1991 ou 2000. Tem traços de crise sistémica muito semelhantes à crise de 1929, obrigando a uma redefinição das bases filosóficas do capitalismo tais como foram definidas pelo Barão de Montesquie, David Hume e Jean-Jacques Rosseau. É uma crise que obriga à reformulação e refundamentação ética e moral do regime económico capitalista e à alteração dos seus modos de produção, conduzindo à afirmação da transparência, da objectividade, da responsabilidade solidária, da ética empresarial, das funções sociais do Estado e da regulação e regulamentação da vida e da actividade económica e financeira por parte do Estado, com primazia e reforço da fiscalização e da supervisão. Sábias as palavras do evangelista São Lucas: “Tenham cuidado! Não se deixem dominar pela ganância, porque a vida de qualquer pessoa não depende da abundância dos seus bens”. Esta é também a crise da ganância, do egoísmo e da ambição desmedida, de que alias a crise asiática de 1997 e o reventamento da bolha especulativa associada à Nova Economia em 2000 constituem o prenúncio e o prelúdio. Portugal vive seguramente uma situação difícil, problemática e complexa. Mas nós acreditamos em Portugal e nos portugueses. Temos esperança e confiança no futuro de Portugal e dos Portugueses. A Pátria antiga de oito séculos, já viveu e passou por muitas situações difíceis, problemáticas e complexas e o povo português sempre soube, dando o seu melhor, ultrapassá-las e superá-las com êxito, dando a*



*volta por cima. Foi assim nas dificuldades inerentes à fundação da nacionalidade, entre 1143 e 1179. Foi assim após a fixação definitiva das nossas fronteiras na Europa Continental em 1279. Foi assim após a crise e a revolução de 1383 – 1385. Foi assim após o início da expansão ultramarina no século XV. Foi assim após a perda da independência nacional em 1580 e a sua restauração em 1640. Foi assim após o cataclismo de 1755. Foi assim após a guerra civil entre liberais e absolutistas no século XIX. Foi assim com o Ultimato Inglês e o Mapa Cor-de-rosa. Foi assim com a crise financeira do fim da Monarquia e da 1.ª República. Foi assim durante o racionamento no período da 2.ª Guerra Mundial. Foi assim com a crise financeira e económica que emergiu após o período de transição revolucionária assim com o esforço patriótico realizado entre 1983 e 1985 que permitiu o nosso ingresso nas comunidades europeias em 1986, numa situação financeira, económica e social muito difícil. Foi assim que enfrentámos a recessão europeia de 1993 – 1994. Foi assim que conseguimos cumprir os critérios europeus de convergência nominal e real entre 1995 e 2002, o que permitiu ao país adoptar o Euro. Foi assim quando em 2002 a União Europeia levantou o procedimento por défice excessivo contra Portugal. Acreditamos, com esperança, confiança e ambição, que é possível construir um país e um concelho economicamente mais próspero, socialmente mais solidário, culturalmente mais desenvolvido. Em Democracia e com Economia de Mercado. Acreditamos no Homem e na Humanidade. Como escreveu o Papa Paulo VI na Encíclica do “Octogésimo Ano”, acreditamos que o homem vai “(...) orientar a sua própria liberdade, criadora e reconhecida, para a verdade de todo o progresso e para a esperança que não ilude”.-----*

***Pelas dezanove horas foi interrompida a ordem de trabalhos para dar início à intervenção do público, previsto pelo artigo 84º, n.ºs. 6 e 7 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----***

***Não havendo nenhum munícipe para intervir foram retomados os trabalhos pelas dezanove horas e dois minutos.-----***

***Deliberação:*** *Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista e três votos contra, dois dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata e um do Senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária.-----*

***Os Senhores Vereadores Nuno Ferrão e Lucília Ferra, apresentaram uma declaração de voto, referente ao Orçamento e PPI 2010, cujo teor se transcreve: “O Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos constituem documentos estratégicos de uma gestão autárquica. Neles se inscrevem as opções do governo local para o ano em causa, bem como, as escolhas de investimento para o ano em curso e os anos seguintes. Nos Orçamentos de 2005 e 2006, respeitantes ao anterior mandato autárquico, o PSD elaborou e apresentou, embora sem sucesso, propostas de alteração, com um único propósito: Melhorar o orçamento para melhor servir as populações. Face à***

postura arrogante da maioria socialista os vereadores da coligação PSD/CDS, decidiram, este ano, não apresentar propostas de alteração aos documentos por sabermos, antecipadamente, que as mesmas estariam destinadas ao fracasso. Assim, sem prejuízo de concordarmos com algumas das obras propostas em sede de PPI, sublinhamos que este orçamento não satisfaz as preocupações dos eleitos da coligação. Não obstante considerarmos relevante o esforço de investimento autárquico, em particular no parque escolar, principal tónica destes documentos, não podemos deixar de partilhar, publicamente, a nossa preocupação com a educação. Na verdade a educação constrói-se muito para além do edificado. É necessário dotar as escolas de equipamentos mas também incutir e sensibilizar todos os agentes educativos para um ensino de qualidade, quer avaliando as actividades desenvolvidas, quer sensibilizando os parceiros educativos para a necessidade de exigência e rigor. Saber, a cada momento, se as actividades de enriquecimento curricular dão os frutos desejados, se as parcerias assumidas vão ao encontro das necessidades dos próprios e da colectividade, em suma, saber se se privilegia a qualidade à quantidade no ensino, preparando jovens e menos jovens para o futuro. Feita esta reflexão numa aposta orçamental de relevo, não podemos omitir a nossa apreensão quanto a outras realidades reflectidas neste orçamento. Desde logo facto de estarmos perante um orçamento irrealista porque inflaciona, muito para além do previsível, as receitas da autarquia, designadamente no que concerne às receitas (hipoteticamente) provenientes dos loteamentos e obras e da venda de património. Com efeito, quando a receita média anual, desde 2006, proveniente da venda de bens de investimento não ultrapassa os 80.000. € é no mínimo caricato que a previsão para 2010 seja de 3,6 milhões de Euros. A grave crise económica que o País atravessa e o elevado nível de desemprego parece não fazer sentir-se no Montijo, qual oásis internacional. Se tais valores nunca antes foram alcançados não é expectável, na presente conjuntura, que se venham a concretizar. **Nesta medida temos um orçamento ilusório, de faz de conta.** Importa ainda salientar que muitas das despesas de capital inscritas para 2010 se referem a obras já concluídas e que ainda não foram pagas pela Câmara, prevendo-se que tal ocorra somente em 2010. Na realidade, os investimentos novos são manifestamente escassos, sobressaindo a requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade, promessa adiada desde 2006. Temos ainda sérias reservas sobre a fórmula de cálculo das receitas provenientes dos impostos indirectos específicos das autarquias locais, porquanto o valor estimado está de acordo com as regras previstas no POCAL, nem tão pouco existe uma explicação de como se calculou o valor exacto orçamentado. Dúvidas também advêm da capacidade de utilizar o montante referido de € 2.187.146 de empréstimos de médio e longo prazo quando a diferença entre o capital contratado (€ 18.828.663,02) e o capital utilizado (€ 18.358.189,47) é de somente € 470.473,55. Por outro lado sublinhamos, por ser preocupante, o peso excessivo das receitas correntes da



*autarquia em detrimento do esforço de investimento. Numa previsão de despesa na ordem dos 40.930.000,00 €, 26.380.000,00 € são consumidos em despesas correntes. Noutra perspectiva, não encontramos, neste momento, investimento de relevo co-financiado por fundos comunitários, designadamente em sede de QREN. Tal facto é, no mínimo, preocupante. À excepção de uma verba de 134.275 € para modernização administrativa e de 33.752 € para o Plano para a Igualdade, não se vislumbram outros projectos co-financiados designadamente em sede de reabilitação urbana, reabilitação esta que urge promover sem demora. Na realidade, o município do Montijo não tem conseguido, por incapacidade ou falta de vontade, promover parcerias adequadas e projectos válidos, capazes de conseguirem aprovação e co-financiamento comunitário. Assim, a recuperação do edificado, a revitalização do centro histórico e a recuperação da zona ribeirinha vão ficar, uma vez mais, adiadas para um futuro distante. Em suma, estamos perante um orçamento de gestão, sem chama nem ambição. Não há a mais pequena sombra de vontade reformadora que permita ao concelho uma identidade distintiva e afirmativa. Por este caminho o Montijo será uma cidade atrasada no contexto da competitividade municipal. Por estas razões a coligação PSD/CDS vota contra o Orçamento e o PPI para 2010.”-----*

*O Senhor Vereador Joaquim Batalha leu uma **declaração de voto**, cujo teor se transcreve: “O presente Orçamento, Plano Plurianual e Investimento da Câmara Municipal do Montijo, reflecte a política e as opções do PS na edilidade, das quais a CDU não se revê nem interveio na sua persecução. No próximo ano o investimento será de cerca de 13 milhões, o que corresponde a 31,7% do respectivo orçamento, que rondará no total os 41 milhões de euros. No plano plurianual de investimentos para o ano de 2010, não estão consideradas algumas das grandes obras estruturantes para o Concelho, nomeadamente a finalização da circular exterior, a requalificação da zona ribeirinha e o parque desportivo municipal, todas estas obras passam para os anos seguintes, penso que com o objectivo de serem visíveis no final do mandato autárquico. Não se considera neste Plano Plurianual de Investimento a concretização de estudo para o futuro dos novos acessos à cidade do Montijo, obra que tem de ser efectuada com urgência. Não se vislumbra neste Plano, uma estratégia de crescimento económico de apoio a indústrias e comércio que se queiram sediar no nosso concelho e que permitam o aumento do emprego de qualidade por essa via. Não se considera nem aborda a questão da construção de um novo hospital público para o Montijo, o que quer dizer que vamos manter um problema de saúde que não se vislumbra resolução por opção do executivo camarário PS. Não estão explanadas no Plano as estratégias de requalificação do centro histórico da cidade, nem se aponta medidas para a sua resolução. As Juntas de Freguesia do Concelho vão receber de transferências da Câmara cerca de 587.000 € o que corresponde a somente 1,4% do Orçamento, menos do que recebem as*

*instituições sem fins lucrativos que vão dispor de 723.978 € o que corresponde a 1,8% do Orçamento, para além dos apoios que ainda vão receber das Juntas de Freguesia. As Juntas de Freguesia do Concelho, vão continuar a ser os órgãos sem autonomia, operacionalidade e intervenção nas obras das suas freguesias. A Câmara Municipal de maioria PS continua a manter a centralidade como opção política, relegando os executivos de Junta para meros executantes administrativos. A Câmara Municipal vai ter de pagar durante os anos de 2010, cerca de 2,5 milhões de euros de empréstimos a curto prazo, amortizações e juros o que corresponde a 6,1% do orçamento, o que vai obrigar a um maior endividamento, para substituir os empréstimos de curto prazo. Este executivo já contratou cerca de 18 milhões de euros em empréstimos e ainda tem poder para poder contrair até mais 8 milhões de euros, mas não esquecer que é previsível o aumento dos juros bancários nos próximos anos o que implica um maior encargo financeiro da Câmara e que poderá por em causa a sua sustentabilidade. Quanto às receitas a previsão do seu decréscimo advém da crise existente com reflexos nas receitas do IMI e IMT e nos impostos indirectos e na rubrica dos loteamentos e obras. É preciso acautelar as receitas com o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, e espero que não sejam os nossos munícipes mais uma vez a serem sobrecarregados com mais impostos. Por tudo o que foi referido o voto da CDU foi contra.”-----*

**2 – PROPOSTA N.º 66/09 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NA MODALIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE NO MONTANTE DE € 1.405.658 - Determina o artigo 38º, n.º 7 da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro que “ a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o Município venha a contrair durante o período de vigência do Orçamento”. Face ao disposto no artigo 39º, n.º 1 da Lei das Finanças Locais “O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo e de abertura de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.”, Constituindo por isso meras antecipações de receitas destinadas a suprir débitos momentâneos de tesouraria. Por aplicação deste normativo, o montante máximo para a contracção de empréstimo a curto prazo a realizar no ano **2010** é de **1.405.658 €** (um milhão quatrocentos e cinco mil e seiscentos e cinquenta e oito euros).-----**

	<b>Receitas</b>	<b>10%</b>
<i>Impostos Municipais 2009</i>	8.550.293	855.029
<i>Participação Resultados Entidades SEL</i>	14.833	1.483



<i>Fundo Equilíbrio Financeiro 2009</i>	3.806.134	380.613
<i>Participação Fixa no IRS 2009</i>	1.685.323	168.532
<b>TOTAL</b>	<b>14.056.583</b>	<b>1.405.658</b>

euros

A modalidade de empréstimo que melhor se ajusta aos fins pretendidos é o contrato de **abertura de crédito em conta-corrente** (artigo 38º, n.º 1 da Lei das Finanças Locais), o qual terá de ser amortizado no prazo máximo de um ano após a sua contratação. Com efeito, na abertura de crédito em conta-corrente o creditado pode não só efectuar sucessivos levantamentos como ainda efectuar depósitos, “repristinando” assim o montante do crédito de que pode dispor. O município pode assim efectuar a todo o tempo reembolsos parciais, que lhe garantem a reconstituição do seu direito de saque. Considerando que: - O empréstimo a contratar, na modalidade de abertura de crédito em conta-corrente, será utilizado no ano **2010**; - De acordo com o disposto no ponto 3.3. alínea d) do POCAL “as importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respectivo contrato”, pelo que a inscrição orçamental dos empréstimos a curto prazo segue o mesmo regime dos de médio e longo prazo para este efeito; - Após autorização dos órgãos executivo e deliberativo municipais se pode de imediato dar início ao processo de contratação, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere favoravelmente o seguinte: 1. Aprovar a contratação de um empréstimo a curto prazo na modalidade de abertura de crédito em conta-corrente, no montante de **1.405.658 €** nos termos das disposições conjugadas dos artigos 38º, n.º 1 e 39º, n.º 1 ambos da Lei das Finanças Locais e 64º, n.º 6 alínea a) do DL n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2. Remeter a presente proposta para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal em conformidade com o artigo 53º, n.º 2 alínea d) da Lei das Autarquias Locais. 3. Autorizada que seja a contracção do empréstimo em causa, deverão ser consultadas pelo menos três instituições de crédito por forma a aquilatar das condições praticadas pela banca, em cumprimento do artigo 53º, n.º 7 da Lei das Autarquias Locais. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).-----

**Deliberação:** Aprovada com seis votos a favor, quatro do Partido Socialista e dois do Partido Social Democrata e uma abstenção do Senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária.-----

### **III – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO**

**I – PROPOSTA N.º 67/09 – DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009, TITULADA PELA PROPOSTA N.º 314/09 – “DOCUMENTOS PREVISIONAIS/2010 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS/2010 – ORÇAMENTO/2010 –**  
**Proponho que:** - A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do

*Conselho de Administração de 25 de Novembro de 2009, titulada pela Proposta n.º 314/09, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes, e posteriormente enviar à Assembleia Municipal para aprovação. (Proposta subscrita pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração).-----*

*O Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, apresentou uma declaração, cujo teor se transcreve: “**Documentos previsionais dos SMAS para 2010** – O actual conselho de administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Montijo – SMAS - tem vindo a percorrer um caminho que permita a viabilização económica e financeira dos serviços. Concomitantemente, tem sido preocupação deste conselho, desenvolver políticas que cumpram as directivas comunitárias bem como a legislação nacional sobre os recursos hídricos. O valor total do Orçamento Previsional para o ano de 2010 é de 5.833.000,00 Euros, um valor superior ao previsto para 2009 que foi de 5.536.950,00 Euros. Os documentos previsionais cumprem as regras estabelecidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro. O orçamento para 2010 foi elaborado tendo em conta o contexto económico recessivo, que como todos sabemos gera efeitos nas contas públicas, quer do lado da despesa, quer do lado da receita. Num quadro recessivo, de arrefecimento da actividade económica, as receitas diminuem (entre outros pela diminuição do consumo) e as despesas aumentam em resultado dos novos compromissos assumidos. Em segundo lugar, o orçamento para 2010 continua a ser claramente dominado pelos custos dos serviços prestados pela SIMARSUL, S.A. – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal – em resultado do Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de Novembro. Os documentos previsionais dos SMAS de Montijo têm por base alguns princípios que queremos deixar expressos de forma transparente e clara. Do lado da receita, assumiu-se no cenário económico projectado que as transferências da Câmara Municipal ficavam limitadas às rendas suportadas pela empresa SIMARSUL, S.A. Considera-se um aumento na eficiência na cobrança e uma diminuição de 3% das perdas e fugas do sistema, pretende-se assim uma maior equidade e justiça em relação aos munícipes clientes. E, por fim, é assumido nas receitas com maior significado, como seja na venda de água e na tarifa de saneamento, um aumento médio de 3%. Em contrapartida, do lado da despesa, salientamos a continuidade de uma política de contenção das despesas afectas ao pessoal, às aquisições correntes e ao funcionamento de um modo geral. Por exemplo, os encargos com o pessoal são inferiores ao previsto para o ano transacto, o que reflecte o rigor colocado na racionalização dos serviços. De uma forma geral, o Orçamento da Despesa reflecte o grande esforço associado aos encargos decorrentes do contrato de recolha de efluente celebrado entre o Município e a SIMARSUL. Considerando que a taxa de serviço no abastecimento de água*



no concelho é de 98,5%, os investimentos previstos pretendem dar continuidade à política de fiabilidade dos sistemas e a remodelações e ampliações periféricas da rede de abastecimento, nomeadamente nas Freguesias de Santo Isidro de Pegões e Atalaia. No saneamento em baixa pretende-se a ampliação do emissário de Pegões Cruzamento e na drenagem de águas pluviais o controlo dos efeitos das cheias. As actividades de abastecimento público de água às populações e de saneamento das águas residuais constituem serviços públicos básicos, essenciais ao bem-estar geral, à saúde pública, às actividades económicas e à protecção do ambiente. Estes serviços no Montijo pautam-se por princípios de universalidade no acesso, continuidade e qualidade de serviço e de eficiência e equidade dos tarifários praticados. Do nosso ponto de vista, e considerando os tempos difíceis, como os que vivemos actualmente, os Documentos Previsionais dos SMAS para o ano de 2010 constituem uma referência sobre a ética e a responsabilidade na gestão dos serviços públicos.”-----

**Deliberação:** Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista e três votos contra, dois dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata e um do Senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária.-----

**2 – PROPOSTA N.º 68/09 – DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009, TITULADA PELA PROPOSTA N.º 303/09 – “APLICAÇÃO DA TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS (TRH) NO ÂMBITO DA ENTRADA EM VIGOR DO DECRETO-LEI N.º 97/2008, DE 11 DE JUNHO QUE ESTABELECE O REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO DOS RECURSOS HÍDRICOS” – Proponho que:** - A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 25 de Novembro de 2009, titulada pela Proposta n.º 303/09, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes, e posteriormente enviar à Assembleia Municipal para aprovação. (Proposta subscrita pelo Presidente do Conselho de Administração).-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

**3 – PROPOSTA N.º 69/09 – DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 9 DE NOVEMBRO DE 2009, TITULADA PELA PROPOSTA N.º 316/09 – “NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA DOS SMAS RELATIVA AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS – TABELA TARIFÁRIA E RESPECTIVO REGULAMENTO” – proponho que:** - A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 9 de Novembro de 2009, titulada pela Proposta n.º 316/09, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes. (Proposta subscrita pelo Presidente do Conselho de Administração).-----

**Deliberação:** Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista, dois votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata e uma abstenção do Senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária. -----

**IV – DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**



**1 – PROPOSTA N.º 70/09 – APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL RELATIVO À PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2010** - Considerando que: 1. A Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro – que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas – determina no artº 4º nº1, “ Tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objectivos superiormente fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis, os órgãos e serviços planeiam, aquando da preparação da proposta de orçamento, as actividades, de natureza permanente ou temporárias a desenvolver durante a sua execução, as eventuais alterações a introduzir nas unidades flexíveis, bem como o respectivo mapa de pessoal”; 2. Refere ainda o nº2, “Os elementos referidos no número anterior acompanham a respectiva proposta de orçamento”; 3. Os mapas de pessoal contêm o número de postos de trabalho de que cada unidade orgânica carece para o desenvolvimento das actividades que se propõe desenvolver, no âmbito das suas atribuições/competências, de acordo com a relação jurídica de emprego, por carreiras e categorias profissionais referenciadas no artº 49º, nº2 e em Anexo à Lei nº12-A/2008, de 27/02; **PROPONHO:** O Executivo Municipal delibere a aprovação dos mapas de pessoal que se anexam e se dão por integralmente reproduzidos. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).-----

**Deliberação:** Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista e três abstenções, duas do Partido Social Democrata e uma da Coligação Democrática Unitária.-----

**2 – PROPOSTA N.º 71/09 – COMISSÃO ARBITRAL MUNICIPAL** – Considerando que por deliberação de Câmara de 8 de Novembro de 2007, foi nomeada representante da Câmara Municipal de Montijo, na Comissão Arbitral Municipal (CAM), a licenciada Rute Isabel Marcelino Rosa da Silva; Considerando que a mesma suspendeu a comissão de serviço de Chefe de Divisão de Habitação, para exercício de funções no Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social; Considerando que em caso de impedimento, os membros da CAM podem ser substituídos, por iniciativa da entidade que os designou; Nos termos da alínea a) do artº. 6º do Decreto-Lei nº. 161/2006; **PROPONHO:** A nomeação da Licenciada Ana Maria Costa Martins, para representar a Câmara Municipal, na Comissão Arbitral Municipal. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente)-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

## **V – DIVISÃO SOCIAL, CULTURAL E DE ENSINO**

**1 – PROPOSTA N.º 72/09 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1/JI DE MONTIJO** – A Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Montijo dinamizará uma Festa de Natal para os alunos daquele estabelecimento de educação no próximo dia 18 de Dezembro. Esta festa consistirá na apresentação de diversas peças musicais, no âmbito das actividades de enriquecimento curricular, e de outros momentos de animação pelos alunos e



pelos encarregados de educação, num lanche e numa entrega de presentes às crianças. **PROPONHO:** A atribuição de um subsídio à referida Associação de Pais no valor de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) para apoio a esta iniciativa. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

**2 – PROPOSTA N.º 73/09 – REALIZAÇÃO DO ESPECTÁCULO CONCERTO DE NATAL NO CINEMA TEATRO JOAQUIM DE ALMEIDA** – Na sequência da programação e realização do espectáculo Cantar com Amigos no Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida, no próximo dia 20 de Dezembro, pelas 16 horas, organizado pelo Grupo Coral de Montijo. Atendendo a que o Grupo Coral de Montijo, desde a sua formação, tem vindo a propor e a realizar espectáculos de qualidade no Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida, contribuindo para a dinamização do espaço e premiando os artistas locais e outros. **Propõe-se:** Que a receita da bilheteira do espectáculo, deduzidas as despesas relacionadas com IVA, licenciamento e direitos de autor, revertam a título de subsídio, integralmente para o Grupo Coral de Montijo. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

**3 – PROPOSTA N.º 74/09 – REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL DA UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NO CINEMA TEATRO JOAQUIM DE ALMEIDA** – Na sequência do pedido da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição para a realização da Festa de Natal da Casa da Criança, no próximo dia 17 de Dezembro de 2009 respectivamente, e estimados os custos de utilização e cedência deste equipamento num valor de 850 €, **Propõe-se:** Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 64º da Lei das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 169/99 de 18 de Setembro: 1 – O pagamento parcial da quantia estimada, por parte da União Mutualista Nossa Senhora da Conceição, no valor de 425 € (quatrocentos e vinte cinco euros); 2 – Que os restantes 50% do valor estimado sejam aceites pela União Mutualista Nossa Senhora da Conceição a título de apoio da autarquia à realização do evento de natureza recreativa e cultural de interesse Municipal. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

**4 – PROPOSTA N.º 75/09 – REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL DO INFANTÁRIO CANTINHO DAS DESCOBERTAS NO CINEMA TEATRO JOAQUIM DE ALMEIDA** – Na sequência do pedido do Infantário Cantinho das Descobertas para realização da sua Festa de Natal no próximo dia 19 de Dezembro de 2009, e estimados os custos de utilização e cedência deste equipamento num valor de 1000 €, **Propõe-se:** Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 64º da Lei das Autarquias Locais, aprovada pela Lei nº 169/99 de 18 de Setembro: 1 – O pagamento parcial da quantia estimada, por parte do Infantário Cantinho das Descobertas, no valor de 500

€ (quinhentos euros); 2 – Que os restantes 50% do valor estimado sejam aceites pelo Infantário Cantinho das Descobertas a título de apoio da autarquia à realização do evento de natureza recreativa e cultural de interesse Municipal. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----

**Deliberação:** Aprovada com seis votos a favor, quatro do Partido Socialista e dois dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata e uma abstenção do Senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária.-----

## **VI – DIVISÃO DE HABITAÇÃO**

### **1 – PROPOSTA N.º 56/09 – NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE VISTORIAS -**

Considerando que, nos termos dos artºs 89º e 90º do D.Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 60/07 de 4 de Setembro, bem como no disposto na alínea c) do nº 5 do artº 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal determinar as obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade, ou à melhoria do arranjo estético, ou ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas; Considerando que as decisões da Câmara são precedidas de vistorias a realizar por três técnicos, conforme o disposto no nº 1 do artº 90º do D.Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 60/07 de 4 de Setembro; **PROPONHO:** 1. Que seja nomeada a seguinte comissão de vistorias: **Membros efectivos:** - Engª Ana Maria Martins - Sr. José Cavaco - Sr. Samuel Miranda. **Membros suplentes:** - Engª Leonor Pina, ou outro técnico em caso de impedimento - Sr. Luis Filipe Fernandes, ou outro técnico em caso de impedimento - Engº António Almeida, ou outro técnico em caso de impedimento. Que fique expressamente revogada a deliberação de 05/03/08, titulada pela proposta nº 993/08. 2. Que sejam ratificadas todas as vistorias realizadas ao abrigo dos presentes normativos legais, desde o início do presente mandato. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

**2 – PROPOSTA N.º 76/09 – RENDAS TÉCNICAS A VIGORAR NOS FOGOS A ATRIBUIR DURANTE O ANO 2010 -** Nos termos do n.º 1 do art.º 4º do DL n.º 166/93 de 7 de Maio, conjugado com o n.º 2 do art.º 1º do DL n.º 329-A/2000 de 22 de Dezembro e Portaria nº 1379-B/2009 de 30 de Outubro, **proponho** a aprovação das seguintes rendas técnicas dos fogos propriedade da CMM para vigorar durante o ano de 2010:-----

<b><u>BAIRRO DO ESTEVAL</u></b>		
	<b><u>Área Útil</u></b>	<b><u>Renda Técnica</u></b>
<b>T1</b>	51,40	242,35 €
<b>T2</b>	62,53	294,83 €



	63,50	299,41 €
	63,87	301,15 €
	64,80	305,54 €
	64,90	306,01 €
	65,50	308,84 €

T3		
	77,70	366,36 €
Nº 131	78,20	368,72 €
Nºs 197 e 227	78,20	321,16 €
	79,00	372,49 €
Nºs 30, 58, 87, 88, 116, 131 e 163	79,50	374,85 €
Nºs 197 e 227	79,50	326,49 €

T4		
	90,65	372,29 €
Nºs 160 e 236	91,25	374,75 €
Nº 198	91,25	430,25 €

**BAIRRO DA LANÇADA**

	<u>Área Útil</u>	<u>Renda Técnica</u>
T2	60,72	286,76 €
T3	72,81	343,85 €

**BAIRRO DA ATALAIA**

	<u>Área Útil</u>	<u>Renda Técnica</u>
T2	60,72	286,76 €

T3	72,81	343,85 €
----	-------	----------

**BAIRRO DO AFONSOEIRO**

	<u>Área Útil</u>	<u>Renda Técnica</u>
T2	54,50	241,26 €

T3		
	65,90	291,73 €
	68,20	301,91 €

T4	79,90	353,70 €
----	-------	----------

**BAIRRO DA CANEIRA**

	<u>Área Útil</u>	<u>Renda Técnica</u>
T1	49,08	234,10 €

T2	60,72	286,76 €
----	-------	----------

T3	72,81	343,85 €
----	-------	----------

T4	85,62	404,35 €
----	-------	----------

**RUA IVONE SILVA, Nº 240**

	<u>Área Útil</u>	<u>Renda Técnica</u>
T2		
	65,94	321,11 €
	73,41	357,48 €
	78,06	380,13 €

T3	86,22	419,86 €
T4	94,86	461,94 €
<b>BAIRRO NOVO DO ESTEVAL</b>		
	<u>Área Útil</u>	<u>Renda Técnica</u>
T0		
	35,76	200,26 €
	35,80	200,48 €
T1		
	45,40	232,14 €
	45,62	233,26 €
	46,24	234,18 €
	46,49	235,45 €
	50,66	246,70 €
	50,72	246,99 €
	53,76	261,79 €
	54,02	263,06 €
	54,41	264,96 €
T2		
	62,72	305,43 €
	62,83	305,96 €
	64,12	312,24 €
	64,65	314,82 €
	64,87	315,90 €
T3		
	77,84	379,06 €
	78,19	380,76 €
	78,81	383,78 €
	80,45	391,76 €
T4	89,54	436,03 €

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

**3 – PROPOSTA N.º 77/09 – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO À PROPRIETÁRIA - PROCESSO PR-021/09 -** Na sequência do meu despacho de 08/10/09 a Comissão de Vistorias nomeada por deliberação camarária de 05/03/08 procedeu à vistoria do imóvel sito no Largo da Palma, nº 1, em Montijo de que é proprietária, D. Maria Fernanda Mourato Marques, conforme auto que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido. Tendo sido notificada a proprietária, nos termos dos artºs 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, para audiência prévia, não respondeu ao solicitado. Considerando que compete à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artºs. 89º. e 90º. do D.L. n.º. 555/99 de 16/12, com a redacção dada pela lei n.º 60/07 de 04/09, ordenar, precedendo vistoria, a reparação e beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde e segurança das pessoas e bens.  
**PROPONHO:** 1. Que a Câmara Municipal delibere homologar o auto de



vistoria realizado ao abrigo dos normativos legais supracitados, determinando por consequência a execução das obras que se reputam necessárias no prazo nele indicado. 2. Que a presente deliberação bem como o Auto de Vistoria a ela apenso seja notificada à proprietária. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

**4 – PROPOSTA N.º 78/09 – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO À PROPRIETÁRIA – PROCESSO PR-022/09 -**

*Na sequência do meu despacho de 14/10/09 a Comissão de Vistorias nomeada por deliberação camarária de 05/03/08 procedeu à vistoria do imóvel sito na Av. Luís de Camões, n.º 9 – r/c esq., em Montijo de que é proprietária, D. Áurea Afonso Beatriz, conforme auto que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido. Tendo sido notificada a proprietária, nos termos dos art.ºs 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, para audiência prévia, não respondeu ao solicitado. Considerando que compete à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos art.ºs. 89.º e 90.º do D.L. n.º 555/99 de 16/12, com a redacção dada pela lei n.º 60/07 de 04/09, ordenar, precedendo vistoria, a reparação e beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde e segurança das pessoas e bens.*

**PROPONHO:** 1. Que a Câmara Municipal delibere homologar o auto de vistoria realizado ao abrigo dos normativos legais supracitados, determinando por consequência a execução das obras que se reputam necessárias no prazo nele indicado. 2. Que a presente deliberação bem como o Auto de Vistoria a ela apenso seja notificada à proprietária. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva).-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

**VII – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

**1 – PROPOSTA N.º 79/09 - DIREITO DE PREFERÊNCIA NAS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS AO ABRIGO DO DECRETO N.º 19/08, DE 01 DE JULHO – RATIFICAÇÃO DAS DECLARAÇÕES DE RENÚNCIA -**

**Considerando que:** 1) De acordo com o Decreto n.º 19/2008, de 01 de Julho, que estabelece as medidas preventivas nas áreas destinadas à implantação do novo aeroporto de Lisboa (NAL), veio também criar, a favor dos Municípios abrangidos, um direito de preferência nas transmissões a título oneroso entre particulares de terrenos ou edifícios situados nas áreas sujeitas às medidas constantes daquele mesmo Decreto, relativamente a transmissões na área da zona 10 exterior às zonas 1 a 9, tudo conforme o disposto nos n.ºs. 1 e 3 do artigo 10.º do citado Decreto n.º 19/08. 2) Tendo presente a salvaguarda do interesse público em geral e do interesse municipal em particular, foram apreciados os pedidos dos particulares, tendo presente que só em casos muito pontuais será de ponderar o efectivo exercício de tal direito de preferência pelo Município. 3) Face à necessidade de acautelar o cumprimento pelos particulares desta nova exigência legal em todas as transmissões onerosas de imóveis situados

na área supra identificada e face ainda à necessidade de assegurar que tal direito não constitua uma forma de paralisar a actividade económica do Concelho neste domínio de actividade, entendeu-se privilegiar o objectivo de responder, de forma célere e em tempo útil a todos os pedidos formulados, emitindo declaração de renúncia que permitisse aos particulares concretizar, de forma também célere, os seus negócios. 4) Mostra-se, no entanto, agora necessário submeter a ratificação da Câmara Municipal, as declarações de renúncia ao direito de preferência subscritas pela Senhora Presidente, em gestão corrente, no período compreendido entre 27 de Novembro de 2009 e 14 de Dezembro de 2009, tudo de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 10.º do Decreto nº. 19/2008, conforme listagem que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante. **PROPONHO:** Que a Câmara Municipal ratifique todas as declarações de renúncia ao direito de preferência subscritas pela Senhora Presidente, em gestão corrente, nos seguintes processos, constituído por força do disposto no artigo 10º do Decreto nº. 19/2008, de 01 de Julho, no período compreendido entre 27 de Novembro de 2009 e 14 de Dezembro de 2009, conforme lista que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente).-----

**Deliberação:** Aprovada por Unanimidade.-----

## **VIII – DEPARTAMENTO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE**

**I – PROPOSTA Nº. 80/09 – PRORROGAÇÃO GRACIOSA DE PRAZO REFERENTE À EMPREITADA DE “SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM DIVERSOS ARRUAMENTOS NO CONCELHO DE MONTIJO (2008) – PROCESSO F-20/08 – Considerando que:** - A empreitada referente à “Sinalização Horizontal em Diversos Arruamentos no Concelho de Montijo (2008)”, foi adjudicada à firma Fernando L. Gaspar, S.A., por deliberação de Câmara de 21 de Janeiro de 2009, pelo valor de Euros: 115.033,25 (cento e quinze mil trinta e três euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e por um prazo de execução de 180 dias. – A adjudicação foi efectuada no âmbito do Decreto-Lei nº. 59/99, de 02 de Março. – A consignação dos trabalhos foi assinada em 10 de Março de 2009. – A empreitada localiza-se em diversos locais do concelho, pelo que em termos de logística leva a uma mobilização constante de meios humanos e equipamento, levando a alguns atrasos inevitáveis. – A ocorrência de períodos de chuva impediu por diversos dias a execução dos trabalhos. – O pedido de prorrogação do prazo da empreitada solicitado pelo empreiteiro. **Proponho:** A concessão de uma prorrogação graciosa de prazo por 90 dias. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

**Deliberação:** Aprovada com cinco votos a favor, quatro do Partido Socialista e um do Senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata.-----



Liv. 18

Fls. 239

*Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo.-----*

*E não havendo mais nada a tratar foi pela Senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e duas horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----*

*E eu,*

*Assistente Técnica da Divisão*

*de Gestão Administrativa do DAF, a mandei escrever, subscrevo e assino.----*

*A Presidente da Câmara*

*Maria Amélia Antunes*